



TIROS E GRITOS: APENAS O SOM NÃO CONVENCE MAIS¹

Luciana Miranda Costa
Universidade Federal do Pará

RESUMO

É possível contar nos dedos quantas vezes já pronunciamos a palavra “meliante”, que quer dizer suspeito de algum crime no jargão policial. Essa e outras palavras ou expressões são bastante comuns no dia a dia dos programas policiais veiculados pelo rádio. A junção da sonoplastia, o tom dramático e muitas vezes teatral da locução e aquelas estórias que todos gostariam que nunca acontecessem com ninguém (mas já que aconteceram...) foram e ainda são a fórmula do sucesso de alguns programas policiais em Belém e em todo país. Nos últimos anos a televisão vem ocupando este espaço e conquistando os ouvidos, a atenção e os patrocinadores dos programas radiofônicos. Este texto pretende abordar alguns elementos da linguagem utilizada nos programas policiais no rádio e contribuir para reflexão sobre os programas e os profissionais que convivem no seu dia a dia com a criminalidade e a violência.

Introdução

É possível contar nos dedos quantas vezes já pronunciamos a palavra “meliante”, que quer dizer suspeito de algum crime no jargão policial. Essa e outras palavras ou expressões são bastante comuns no dia a dia dos programas policiais veiculados pelo rádio. A junção da sonoplastia, o tom dramático e muitas vezes teatral da locução e aquelas estórias que todos gostariam que nunca acontecessem com ninguém (mas já que aconteceram...) foram e ainda são a fórmula do sucesso de alguns programas policiais em Belém e em todo país. Nos últimos anos a televisão vem ocupando este espaço e conquistando os ouvidos, a atenção e os patrocinadores dos programas radiofônicos.

Este texto pretende abordar alguns elementos da linguagem utilizada nos programas policiais no rádio e contribuir para reflexão sobre os programas e os profissionais que convivem no seu dia a dia com a criminalidade e a violência. Trata-se, naturalmente, de uma discussão mais ampla que envolve o conceito de ética jornalística e que aponta para importância do debate nos cursos de comunicação e no dia a dia das

1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



emissoras e dos profissionais sobre apuração da informação. Neste trabalho, de escopo mais limitado, não se fará uma discussão teórica de caráter conceitual, mas buscar-se-á apresentar uma parte dos resultados e conclusões da pesquisa “*Os Setenta Anos do Rádio em Belém*”, cujo objetivo principal é analisar a inserção do veículo no período 1928-1988, nos contextos cultural, político, social e econômico da capital paraense.

As informações obtidas até o momento, com a colaboração dos alunos concluintes do Curso de Comunicação Social da UFPA, representam um passo expressivo neste sentido. Temas como radionovelas; radiojornalismo esportivo; radiojornalismo policial; o rádio e a política local; aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos da cidade de Belém entre as décadas de 30 a 90; além da realização de mais de 250 entrevistas, já foram abordados. A sistematização das informações também possibilitou a criação, a partir do primeiro semestre de 2000, do *Espaço de Criação e Documentação Radiofônica*, com registros escritos e sonoros sobre a história do rádio em Belém, que estão a disposição dos interessados na Universidade Federal do Pará.

Sensacionalismo e gírias: é bom estar de ouvidos atentos!

Existem palavras e expressões que são constantemente usadas por repórteres policiais no rádio e também na TV. Buscando simplificar a comunicação com o ouvinte, criar um estilo próprio e chamar a atenção, os repórteres e apresentadores de programas policiais ao fazer uso de certos termos, muitas vezes desrespeitam a individualidade dos entrevistados, emitem juízos de valor e expõem as pessoas ao julgamento público.

Para os acusados de cometer crimes, por exemplo, não faltam sinônimos, como *bandido, fora da lei, meliante, elemento e à margem da lei*. Na avaliação de muitos repórteres policiais, menores infratores são *pivetes*; agressão física é *porrada*, pessoa que morre de forma violenta é *trucidada*; e quando há confusão em algum lugar costuma-se dizer que houve *muita onda*. No programa “Patrolha da Cidade”, um dos mais tradicionais do rádio paraense, para cada caso existe um efeito sonoro específico, como gritos e tiros. A maneira de se referir a um colega de outra emissora também é bem específica: usa-se a palavra “confrade”.



O sensacionalismo é uma das principais características dos programas policiais no rádio. O repórter policial sempre tende a exagerar sobre a gravidade dos fatos e a dramatizar diferentes situações. As opiniões de Adamor Filho, um dos mais antigos repórteres policiais em atividade em Belém, e José Luiz Silva, que atua na área há cerca de quatro anos são ilustrativas:

“ O sensacionalismo é um lado que prende! Até o fundo musical. Eu detesto quando estou trabalhando e o operador não coloca as músicas, os efeitos. (...) Aquilo emociona. (...) A pessoa, o ouvinte viaja no tempo, chora, ri (...) A mulher foi violentada, ele larga o grito: ‘aaaaai!’, a mulher gritando. O pai levou dois tiros na cabeça , ‘pá, pá’. (...) Eu acho fascinante!” (José Luiz Silva – Repórter da Rádio Marajoara AM)¹

“É importante sim. É como o pedreiro que se esmera na parede que ele constrói. É como o padeiro que se esforça na massa que ele amassa para fazer o pão. Cada um no seu metiê. Então essa questão do sensacionalismo é pegar uma notícia e a ela dar vida, dar aquele tchan.” (Adamor Filho – Apresentador da TV Boas Novas)

Dramatizar informações em alguns casos significa acrescentar dados novos e ter que inventá-los, o que muitas vezes é considerado “natural” pelos repórteres. São momentos considerados de “criatividade e imaginação” por muitos profissionais. Um dos repórteres entrevistados por esta pesquisa, quando questionado se nunca havia feito o motorista do carro de imprensa se passar por bandido quando não havia notícias interessantes, declarou que não seria ele o primeiro a acabar com a ilusão dos ouvintes respondendo a esse tipo de pergunta.

A apuração dos fatos, que é uma regra básica a ser seguida por qualquer estudante de jornalismo, muitas vezes é posta de lado pelos repórteres policiais, que precisam entrar constantemente no ar com novas notícias. É comum os repórteres

¹ Entrevistas concedidas em Belém às alunas do curso de comunicação social da UFPA, Ana Danin e Elenilce Nêris em 17/12/99 (José Luiz Silva), 09/12/99 e 12/01/00 (Adamor da Silva C. Filho).

¹ Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



policiais se pautarem através de rádios piratas ligados na mesma frequência utilizada pela polícia, o que é uma prática ilegal. Algumas rádios em Belém, como a Liberal AM, decidiram inibir esta prática eliminando a figura do repórter setorista na rádio. O repórter policial cobre qualquer área e os demais repórteres da emissora também podem cobrir fatos policiais. O principal problema da escuta clandestina é que o repórter pode entrar no ar reproduzindo uma estória que era apenas uma conversa entre policiais e que, sem uma apuração adequada, acaba virando notícia.

A apuração precária dos fatos e a divulgação de notícias sensacionalistas já renderam processos a maioria dos repórteres especializados na área policial em Belém. O repórter da Rádio Clube AM e da TV RBA, Amauri Silveira², é o que contabiliza um maior número. Ele foi processado doze vezes por crime de imprensa, mas em todos os casos faltaram provas que comprometessem o radialista. A média de processos dos demais repórteres gira em torno de três. O único caso em que o repórter teve que pagar indenização foi o de Luis Eduardo Anaice³, atualmente repórter da TV RBA, processado por uma delegada de polícia. A existência desses processos já é suficiente para indicar que nem sempre os ouvintes aceitam passivos tudo o que é dito nos programas policiais.

Ter sofrido ameaças de morte é uma situação constantemente mencionada pelos repórteres policiais, mas os próprios repórteres e apresentadores admitem que deve-se apurar, inclusive, estas informações sobre eles mesmos. As supostas ameaças de morte e os atentados, em alguns casos, são uma espécie de marketing pessoal, ou seja, o radialista anuncia que está sendo ameaçado de morte apenas para chamar a atenção do ouvinte, reforçar sua imagem de pessoa corajosa e disposta a enfrentar qualquer obstáculo em nome da justiça e, desta forma, conquistar ou consolidar audiência.

O silêncio a que preço?

² Idem em 07/10/99 e 11/01/00.

³ Idem em 12/01/00.

1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



O “chen”, jargão bastante utilizado no vocabulário jornalístico, acontece quando o jornalista ou radialista se aproveita da profissão para conseguir vantagens pessoais. Esse é um fato que, quando ocorre, compromete a autenticidade da cobertura policial no rádio. Ao contrário das outras áreas do jornalismo, geralmente pessoas ou empresas oferecem vantagens para os repórteres porque querem ter seus nomes divulgados na mídia, no jornalismo policial a oferta é para *não* ter o nome divulgado. Essa oferta pode vir em forma de presente, dinheiro, ajuda para fazer uma festa etc.

Em geral, os repórteres policiais justificam o “chen” em função dos baixos salários pagos pelas emissoras de rádio. Dificilmente se fala sobre valores, mas o “chen” é apontado como a melhor forma de “não passar por dificuldades”. Nesse caso, o ouvinte e a sociedade é quem saem perdendo porque deixam de ter acesso a uma determinada informação.

Um dos repórteres entrevistados por esta pesquisa apresentou uma justificativa que resume em poucas palavras o que muitos de seus colegas pensam sobre fazer *chen*: “eu tenho o dever de informar, mas eu não tenho a obrigação”. Ou seja, neste caso, a omissão da informação é considerada aceitável. Outros repórteres preferiram falar em “bonificação”, “agrado”, “prolabore”, referindo-se a presentes recebidos por “boas coberturas”. Naturalmente, se um repórter recebe “agrados”, dificilmente terá autonomia para divulgar notícias contra o responsável pelos presentes, seja ele uma empresa, um funcionário público ou um cidadão.

O pagamento em troca de silêncio, ou seja, quando o repórter, sabendo de algum problema que prejudique uma pessoa, vai até ela e pede dinheiro para não tornar o assunto público, foi o único tipo de “chen” que todos negaram ter feito. A situação contrária, ou seja, pagar para conseguir notícias com exclusividade é um procedimento que divide opiniões entre jornalistas de todas as áreas, pois dependendo da importância da notícia, há quem considere esta prática legítima e, em alguns casos, inevitável.

Já o tão desejado “furo jornalístico”, ou seja, passar notícias em primeira mão antes das outras emissoras, tornou-se um procedimento considerado de importância secundária pela grande maioria dos repórteres policiais em Belém. Os profissionais argumentam que o ouvinte e os anunciantes raramente tomam conhecimento sobre



quem deu o “furo”. O “furo” é comentado apenas entre os colegas de imprensa e depois de poucos dias acaba sendo esquecido. Outro fator que contribuiu para que o “furo” fosse deixando de ser uma prioridade para os repórteres policiais em Belém foi o próprio declínio da audiência dos programas policiais, resultando no desaparecimento de alguns programas e em uma desmotivação para rivalidade ou concorrência entre empresas e profissionais.

O diálogo com os suspeitos de crimes

A confiabilidade é citada pelos repórteres policiais entrevistados para esta pesquisa, como o elemento mais importante na interlocução entre os repórteres policiais e os acusados de crimes ou que já estejam cumprindo pena. A estratégia de abordagem na entrevista pressupõe certas etapas, a primeira é perceber qual é o estado emocional da pessoa a ser entrevistada. Outro passo é evitar o julgamento precipitado e não dizer expressões como “o bandido fulano de tal” e sim, “fulano de tal, acusado de um crime”. Finalmente, após alguns minutos de conversa, busca-se convencer a pessoa de que é melhor ela se entregar à polícia, responder pelo crime que está sendo acusada ou tentar se defender. Embora todos repórteres policiais critiquem o uso de adjetivos difamatórios como *assassino*, *ladrão* etc, admitem que o uso dessas palavras, “sem excesso” é importante para manter a atenção do ouvinte. Muitos suspeitos de crimes que dão entrevistas a esses programas acabam se entregando à polícia porque acreditam que, sob “os holofotes da imprensa”, não irão sofrer agressões por parte dos policiais.

Portanto, esse “respeito” dos suspeitos de crimes pelos repórteres policiais pode ser explicado por vários motivos. A maioria dos acusados é pobre e desassistida juridicamente. Desta forma, muitos vêem os repórteres como aliados, já que, ao contrário de muitos policiais, sempre escutam o que o suspeito tem a dizer, ou seja, o acusado tem a oportunidade de contar ao vivo na rádio a sua versão para um determinado crime.

Policiais: fonte de informação e amizade



O contato permanente dos repórteres com os policiais nas delegacias acaba criando vínculos de amizade. A relação é tão intensa que muitas notícias da história do radiojornalismo policial em Belém foram e são geradas do próprio telefone da delegacia e, naturalmente, não são desfavoráveis aos policiais. A constante troca de informações entre repórteres e policiais faz com que se consolide “fontes” seguras de informação nas delegacias.

O que pode vir a tornar-se um problema nessa relação é que o grau de comprometimento do repórter com a *fonte* dificulta a divulgação de notícias contrárias à polícia, abrindo possibilidade para que os policiais possam “censurar” informações comprometedoras, privando o ouvinte de ter conhecimento, por exemplo, sobre arbitrariedades cometidas pela polícia. Um bom indicador de que a cobertura jornalística nessa área é bem vista pelos policiais, é de que os policiais civis entrevistados por esta pesquisa elogiaram à presença dos repórteres nas delegacias⁴. Além disso, foi ressaltado que em geral o jornalista contribui com elementos novos para as investigações.

Futuro incerto

Boa parte das informações presentes neste trabalho, e que se referem ao radiojornalismo policial, podem ser observadas ou questionadas em relação aos programas policiais na TV. Naturalmente o uso da *imagem* abre outras possibilidades de cobertura noticiosa e acaba, aliada ao som, se tornando quase irresistível para as pessoas que se interessam por notícias policiais. O horário nobre para os programas radiofônicos ligados à área policial, das 12 às 13h, vem perdendo, ano após ano, espaço para TV. Em Belém, por exemplo, a TV RBA (retransmissora da TV Bandeirantes) mantém programas específicos na sua programação, como o “Metendo Bronca” e “A Cidade

⁴ Entrevistas concedidas em Belém às alunas do curso de comunicação social da UFPA, Ana Danin e Elenilce Nérís. Foram entrevistados: Delegado Geral de Polícia do PA: João Moraes (20/12/99), Corregedor de Polícia Civil do PA: Lúriston Goés (12/01/2000), Diretor do Departamento de Polícia do Interior: Dilermando Tavares (12/01/2000) e o Delegado de Polícia do município de Ananindeua-PA: Vicente de Paula (12/01/2000).

¹ Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



contra o Crime”, além de programas que dão prioridade para a área policial, como “Barra Pesada”.

Além disso, como os anunciantes também passaram a dar preferência a melhor qualidade de som das FMs, o faturamento das AMs, onde tradicionalmente encontram-se os programas policiais, foi caindo e tornando inviável, na concepção das emissoras comerciais, a manutenção de um grande quadro de funcionários com repórteres, radioatores, apresentadores e produtores. O futuro do radiojornalismo policial em Belém aponta para dobradinha cobertura policial + prestação de serviços, nos moldes do Programa Linha Direta da TV Globo. A idéia, que vem sendo estudada por várias emissoras, é que os programas tornem-se um canal de denúncias contra crimes não solucionados, cujos suspeitos estejam soltos. Outra solução, que vem sendo testada pelos profissionais, é romper com o costume de dar prioridade às declarações dos policiais durante as coberturas e passar a entrevistar com mais frequência os acusados, abordando todos os ângulos da notícia.

O fato, no entanto, é que aos poucos, o tempo de duração dos programas radiofônico foi reduzido, permanecendo apenas, no caso de Belém, a “Patrulha da Cidade”, como um programa especificamente policial. E é sobre a história do mais importante programa policial do rádio paraense que trataremos a seguir.

Um bom começo

“... é uma tristeza, uma infelicidade, ouvir meu nome na Patrulha da Cidade...”

É quase meio dia e no estúdio da Rádio Marajoara alguns ouvintes procuram os melhores lugares para acompanhar de perto mais um programa. Em todas as paredes há sempre o mesmo aviso: “Está expressamente proibido deitar-se para dormir no estúdio”. O recado vale tanto para funcionários, quanto para os ouvintes – que vão à emissora geralmente com a esperança de encontrar documentos perdidos. Pontualmente às 12 horas começa mais uma edição da “Patrulha da Cidade”, que há 36 anos se mantém como programa de radiojornalismo policial. Muitos programas surgiram em outras



emissoras, utilizaram a mesma fórmula, às vezes o mesmo horário, mas nenhum deles conseguiu ficar mais de 30 anos no ar.

A história do jornalismo policial no Pará nunca mais foi a mesma depois de *A Patrulha da Cidade*. A música, cujas primeiras letras aparecem acima, abria o programa. *A Patrulha da Cidade* estreou na Rádio Marajoara em 1965, produzido pelo então diretor da rádio Advaldo Castro e foi lançado para concorrer com o primeiro lugar de audiência no horário do almoço: o “Rádio Variedades JB”, da Rádio Liberal. O nome e o formato do *Patrulha* foram inspirados na experiência da Rádio Tupy do Rio de Janeiro. Até aquele ano não havia no rádio paraense um programa específico sobre os fatos policiais. As notícias eram veiculadas em outros noticiários e durante a programação.

A Patrulha da Cidade tinha um grande elenco de radioatores. Eles atuavam no quadro “Drama da Cidade”, uma seqüência criada para emocionar o público, através do uso constante de sonoplastia (efeitos sonoros criados em estúdio). A seqüência mostrava acontecimentos do dia a dia, como a mulher que jogou água quente no marido ou o trabalhador que foi assaltado a caminho do serviço. Além do “Drama da Cidade”, *A Patrulha* apresentava a “Ronda da Cidade”, um balanço das ocorrências policiais do dia anterior. Havia ainda as crônicas e os serviços de utilidade pública, terminando com as notícias do dia. O humor também era uma boa forma de manter os ouvintes ligados. Muitas vezes, os mesmos casos de brigas de marido e mulher que apareciam no “Drama da Cidade” eram usados durante o programa para divertir os ouvintes. A briga era transformada em comédia e os nomes não eram alterados.

Inicialmente, *A Patrulha da Cidade* era dividida em 5 pequenos boletins de 5 minutos: às 7h, 10h, 14h, 18h, e 24h. Além do boletim maior que era transmitido de 12:05h às 12:30h. Somente mais tarde o programa foi unificado, passando a ser veiculado de 12h às 13h. O programa prometia cobrir todos os acontecimentos importantes de Belém com uma equipe formada em 1964 por: Advaldo Castro, Antunes de Carvalho, Osvaldo Rodrigues, Flaviano Pereira, Horácio Siqueira, Jones Tavares e Tavernard Neves.



Nos anos 60, ficou famosa a figura do repórter que saía pelas ruas em busca de acontecimentos para transmitir ao vivo na *Patrulha da Cidade*. Era o “Amarelinho”, apelido que surgiu porque os repórteres andavam em um carro amarelo. Ao longo desses mais de 30 anos existiram vários “Amarelinhos”, como Astrogildo Corrêa, J. Meninéia e Paulo Ferrer. O “Amarelinho” entra no programa com notícias sobre atos do Governo do Estado, trânsito e fatos da cidade.

Em uma cidade pequena, com raríssimos aparelhos de TV e apenas uma emissora, a TV Marajoara, era através da “Patrulha” que a população se “abastecia” dos assuntos que depois seriam discutidos nos bares, em casa, nas ruas e praças da cidade. Porém, os tempos hoje são outros e o “Patrulha da Cidade” conta com uma equipe de apenas 4 pessoas. Astrogildo Corrêa é o apresentador e âncora. Durante o programa ele também entra com o quadro de utilidade pública, onde divulga o nome de pessoas que tiveram problemas com documentos perdidos e carros roubados.

Até hoje, a maioria dos ouvintes da “Patrulha da Cidade” possui uma baixa renda salarial e vive na periferia de Belém e no interior do Estado. A audiência também é garantida entre as pessoas que são procuradas pela polícia ou que já estiveram envolvidas em delitos. Mas a audiência nas delegacias e seccionais já é quase inexistente. Atualmente os policiais preferem assistir os programas de TV que passam quase no mesmo horário de *A Patrulha da Cidade*.

Além do *A Patrulha da Cidade*, outros programas também contribuíram com a história do radiojornalismo policial em Belém: “Caminhos da Lei” (Rádio Guajará, década de 70), “Clube Patrulha” (Rádio Clube, final do anos 70), “A Cidade Contra o Crime” (Rádio Clube, década de 90). Houve ainda alguns programas transmitidos fora do tradicional horário de meio dia a uma hora da tarde: “Do fundo do Cárcere” (Rádio Clube), “Bandeira 2” (Rádio Clube, de 1995 a 1997, das 20h às 22h), “Alerta Geral” (Rádio Guajará).

CONCLUSÃO

O objetivo deste texto foi abordar, de forma sucinta, alguns elementos da linguagem utilizada nos programas policiais no rádio em Belém e contribuir para



reflexão sobre os programas e os profissionais que convivem no seu dia a dia com a criminalidade e a violência. Além disso, buscou-se apresentar uma parte dos resultados e conclusões da pesquisa “*Os Setenta Anos do Rádio em Belém*”, cujo objetivo principal é analisar a inserção do veículo no período 1928-1988, nos contextos cultural, político, social e econômico da capital paraense.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Luciana Miranda; DANIN, Ana E.S.; NÉRIS, Elenilce C.R.; MORHY Erika; SARMENTO, Liane; GOMES, Andreza; CAVALCANTTI, Alexandra., SANTOS, Luís C., VIDIGAL Enize; FILGUEIRAS, Lorena; MAIA, Monica & AMARAL, Tatiana. **Os 70 Anos do Rádio em Belém**. Abril de 2001. Relatório de pesquisa do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. Mimeo

COSTA, Luciana Miranda. 2001. Terceirização, promoções e jornalismo: o rádio em Belém busca nova identidade. **IN: Desafios do Rádio no Século XXI. Sonia Virgínia Moreira e Nélia Del Bianco (org.). RJ: UFRJ, 2001**

COSTA, Maria Tereza P. da. 1992. **A justiça em ondas médias: o programa Gil Gomes**. Campinas: UNICAMP.

HAGE, Dionísio João – **Estudos Paraenses**. Belém: Editora Cejup, 1993.

JORNAL O LIBERAL. 16/01/1997. **Rádios AM, a voz do povo**. Belém-PA: Cad.Cartaz, p.7.

LOPES, Maria Immacolata V. 1988. **O rádio dos pobres: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social**. São Paulo: Ed.Loyola.

MEDITSCH, Eduardo. 2001. **O rádio na era da informação - teoria e técnica do novo jornalismo**. Florianópolis: Insula, Ed. da UFSC.

MOREIRA, Sonia Virgínia. 1991. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo editora.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. 1985. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana, org. 1987 . **Radiojornalismo no Brasil: dez estudos regionais**. São Paulo: COM-ARTE.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

PORCHAT, Maria Elisa. 1989. **Manual de Radiojornalismo Joven Pan**. São Paulo: Ática, 2ª ed.

MELO, José Marques de. 1985. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes.